

# **Implicações Teóricas e Multidisciplinares do “Território” em Economia Ecológica – Uma Revisão Geográfica e Econômica de Abordagens Territorialistas**

## **THEORETICAL AND MULTI-DISCIPLINARY IMPLICATIONS OF THE “TERRITORY” IN ECOLOGICAL ECONOMICS APPROACH - A GEOGRAPHIC AND ECONOMIC SURVEY OF TERRITORIAL THEORIES**

Larissa Bueno Ambrosini<sup>1</sup>  
Eduardo Ernesto Filippi<sup>2</sup>

**Resumo:** O espaço faz parte das análises econômicas desde a Escola Histórica Alemã, entretanto, esteve sempre mais relacionado à questão de localização e renda. Por outro lado, o território visto a partir da Geografia Política coloca em evidência relações de poder e dominação. A postura propositiva em Economia Ecológica (EE), que tem no desenvolvimento sustentável, na ética e na democracia, seus pilares de referência, possibilitaria uma reflexão multidisciplinar capaz de abranger a ‘renda’ e o ‘poder’ em suas análises, pensando o desenvolvimento a partir de sua base espacial: o território.

**Palavras chave:** território, economia ecológica, desenvolvimento rural, geografia política, teorias espaciais

**JEL:** Q570

**Abstract:** The space makes part of the economical analyses from the Historical German School, meantime, it was always more connected to the question of location and income. On the other side, the territory seen from the Political Geography puts in evidence relations of power and domination. The propositive posture in Ecological Economy (EE), which has in the sustainable development, in the ethics and in the democracy his pillars of reference, would make possible a multidisciplinary reflection able to include the 'income' and the 'power' in his analyses from the space base: the territory

**Key words:** territory, ecological economics, rural development, political geography, spatial theories

---

<sup>1</sup> ENITA-França. Veterinária, mestre em Desenvolvimento Rural, doutoranda em Ciências Econômicas e de Gestão pela Université d’Auvergne (França). E-mail: [larissabueno@gmail.com](mailto:larissabueno@gmail.com)

<sup>2</sup> PGDR e PPGE/UFRGS. Economista, mestre em Economia Rural e doutor em Economia Política pela Université de Versailles-St.-Quentin-em-Yvelines (França). E-mail: [edu\\_292000@yahoo.com.br](mailto:edu_292000@yahoo.com.br)

## **1. Introdução**

A partir dos anos 1980 o interesse em relação a temas ligados ao meio ambiente tem ganhado importância nos campos político, cívico e acadêmico. No que concerne a pesquisas científicas, uma variedade de aportes teóricos dispostos a contribuir para o debate sobre problemas ambientais e sociais têm procurado responder questões sobre crescimento econômico versus desigualdades sociais, desenvolvimento versus sustentabilidade ambiental, transformações políticas, institucionais e produtivas.

A Economia Ecológica funda-se a partir da disposição de discutir e construir-se em bases epistemológicas distintas da Economia Neoclássica, dialogando com uma pluralidade de referenciais teóricos de outras áreas do conhecimento, como a Biologia. Se os pilares epistemológicos da Economia Ecológica estão em construção, valores éticos, princípios democráticos e sustentabilidade ambiental parecem ser seus alicerces (SÖDERBAUM, 1998). Sua dimensão temporal é percebida pela ênfase no ‘desenvolvimento sustentável’, já a espacialização é mediada fundamentalmente através do território. Tal se justifica pela prioridade na construção de um conhecimento fundado na ética ambiental, no atendimento pleno das necessidades humanas levando-se em consideração a distribuição equitativa dos recursos e riquezas (BERGH, 2001).

A opção pela base espacial, entretanto, tem consequências metodológicas. A utilização do território é uma das possibilidades pelas quais a Economia Ecológica pode estabelecer um diálogo multidisciplinar amplo, o qual incluirá questões ‘próprias’ da Sociologia, Antropologia, Geografia Política, Geografia Econômica e Ciência Política.

Esse artigo pretende analisar algumas variáveis analíticas subjacentes ao termo ‘território’, relacionando-o à sua capacidade de diálogo multidisciplinar. Para tanto, situaremos o conceito de território no debate da Geografia e da Economia, especialmente a ‘Espacial’ e ‘Neoinstitucional’, explicitando especificidades em cada campo. Em seguida, retomaremos alguns pressupostos da Economia Ecológica, enfatizando aqueles que ‘demandam’ tais conceitos. Finalizaremos procurando fazer uma aproximação teórica entre as disciplinas abordadas e apontando outros pontos de intersecção entre o que chamaríamos de postulados espaciais da EE e suas dimensões políticas, culturais e ambientais, que justificam o conceito território dentro da disciplina.

## **2. Território Econômico: recurso e produção**

### **2.1 Teorias espaciais: a contribuição da Escola Histórica Alemã**

As teorias sobre localização nascem na Alemanha com os escritos fundadores de Von Thünen. Johan Heinrich Von Thünen, escreveu no início do século XIX e é considerado um dos pais da teoria sobre localização. Sua base de análise foram estudos empíricos, cuja preocupação central era em torno do papel dos custos na lógica do desenvolvimento econômico. Entretanto, a consideração e utilização do espaço pelos atores econômicos depende, em Von Thünen, do contexto social, cultural e econômico em que se estes se encontravam. Assim, as vantagens e efeitos da localização vão, além da infra-estrutura e mão-de-obra, para a constituição social do espaço. O autor analisa, todavia, tais vantagens através da variável renda, ou seja, a diferença entre custos e lucros das empresas (NUSSBAUMER, 2005, CROSIER, s/d.).

No início dos anos 1900, Alfred Weber, irmão mais velho de Max Weber, tenta superar a oposição entre um aporte puramente econômico e um aporte histórico dedutivo, incorporando fatores sociais na sua análise. Se sua ‘teoria pura’ parte do

modelo geométrico de Von Thünen e de sua hipótese (de que o que buscam as firmas é redução de custos), Weber não considera a localização segundo a renda. O autor enfatiza, ainda, que regras puras são insuficientes, a menos que sejam testadas em um “real-world local” em suas condições políticas e sociais (NUSSBAUMER, 2005, FEARON, s/d.).

Dois aspectos de sua análise são destacados: a construção de um arcabouço que permita compreender as decisões individuais (das empresas) acerca da localização; e, a partir de então, a compreensão da configuração espacial da economia - aglomeração, dispersão, fluxos. Ocorre que, para compreender tais configurações, é necessário analisar o espaço local e a maneira como se organizam os atores econômicos (sindicatos, organizações profissionais, instituições), ou seja, levar em conta também as configurações sociais e os eventos históricos que fundam tal localização e que explicam o seu desenvolvimento (NUSSBAUMER, 2005).

Werner Sombart escreve, em 1910, uma crítica à teoria de Weber, por este colocar as vantagens da localização em termos de uma economia de custo, advogando que a escolha do local passa pelo que ele chama de ‘qualidade’, ou seja, vantagens qualitativas do ambiente, que facilitem as relações e melhorem as interações. Sombart inverte a problemática de Weber ao sustentar que não é o princípio da localização das atividades que permite construir um sistema econômico, mas sim a análise de um sistema econômico construído que permite compreender a localização das atividades.

## **2.2 Uma abordagem territorial**

Gustav Schmoller escreveu também no início dos anos 1900, e, a partir da tentativa de compreender a constituição das economias nacionais, o autor desenvolve uma análise territorial procurando demonstrar como o espaço é apropriado e organizado. “*Son travail met, entre autres, en lumière la dialectique entre les relations économiques et l’organisation sociale et politique du territoire, liée aux rapports de force: rapports de pouvoirs locaux au sein des institutions et entre elles (externes)*” (NUSSBAUMER, 2005, p.20).

O autor distingue os aspectos sociais e materiais da constituição do território a partir da organização da comunidade em função de suas necessidades, o que explicaria sua perenidade. As organizações territoriais se formam a partir de laços de solidariedade, de sangue, do sentimento de pertencimento à comunidade, mas se materializam através das realizações coletivas; a segunda existindo como consequência da primeira. As organizações territoriais baseiam-se em três pilares: sua origem na comunidade, as realizações materiais da comunidade, e a consciência de utilidade. A perenidade das organizações estaria muito mais relacionada à sua utilidade, do ao sentimento de pertencimento. Para o autor, a relação sentimental do grupo vai sendo substituída por uma percepção instrumental.

Entretanto, se a solidariedade interna existe para que a comunidade possa se proteger do exterior, o que explica porque os sistemas desenvolvem dinâmicas baseadas na concorrência e cooperação, ou seja, se dentro da comunidade a prosperidade gera um sentimento de egoísmo em relação ao ‘exterior’, não significa que não existe disputa dentro do território. Os grupos dominantes, que Schmoller destaca como ‘os comerciantes’ e ‘os donos das maiores fortunas’, tendem a defender, não os interesses do grupo, mas os seus próprios. Tal estado de coisas coloca em risco o desenvolvimento; de onde, cabe ao Estado central o papel de mediador de conflitos. Dessa forma, o desenvolvimento econômico deve ser o resultado da interação entre

instituições locais e atores econômicos dominantes em uma relação de forças equilibradas, possível através da regulação, ou mediação do Estado.

O desenvolvimento econômico do território estará fortemente relacionado a condicionantes históricos, ao poder político e às instituições comunitárias. *“La porosité de la frontière entre pouvoir politique et activités économiques est un élément important de notre relecture de Schmoller”* (op cit, p.23).

De toda forma, a abordagem de Schmoller se aproxima da de Sombart, ao colocar o espaço e seu tecido social e econômico no centro do problema, discutindo como as necessidades do grupo e as transformações econômicas determinam configurações institucionais.

*“Il s’agit d’analyser l’appropriation collective de l’espace par les institutions et la manière dont ces dernières évoluent en fonction des nouveaux besoins et des transformations du système économique. Autrement dit, relations ‘purement’ économiques se trouvent encastrées dans un ensemble de relations sociales que les contraignent mais qu’elles influent en retour”* (op cit, p.27).

Por outro lado, no que concerne ao aporte tributário da economia espacial, essa corrente é marcada pela mudança de perspectiva em relação aos postulados da concorrência perfeita e do equilíbrio geral. Assim, sua proposição está na formulação de outros mecanismos para dar conta dos processos de formação de preços. As novas obras inscritas sob as teorias econômicas espaciais, entre elas a escola francesa, se propõem, justamente, a analisar a ‘qualificação’ de certos territórios frente a outros (LARCENEUX, 1996 p. 145). De tal forma, que a explicação da formação da ‘qualificação’ se constitui o desafio contemporâneo para teoria econômica espacial.

Se Larceneux (1996) sublinha que a tentação dos economistas espaciais é franquear-se em determinismos geográficos para explicar a localização de atividades e populações, a incorporação de fatores não materiais e a contribuição da escola institucionalista, contemporaneamente, permitiriam apreender e inserir melhor os fenômenos dentro de uma teoria econômica (LACOUR, 1996).

Para os institucionalistas franceses, por exemplo, o território é constituído enquanto o ‘locus’ das relações sociais, base dos recursos naturais e meios de produção. Ao mesmo tempo em que o sentimento de pertencimento e valorização de identidades formadas por uma história compartilhada reforçam laços sociais, os mesmos estarão subjacentes e dinamizando as atividades econômicas. O que leva Pecqueur (1992, p. 74) a afirmar que

*“le territoire qui résulte de cette configuration émerge de la rencontre de deux mondes: la société..., et la communauté... c’est à dire, en d’autres termes, de la combinaison entre des relations strictement marchandes avec des formes de coopération fondées sur la confiance”*.

O território permite a mediação entre o indivíduo, o exterior e formas de coordenação onde é possível desdobrar múltiplas justificativas de ação: doméstica, mercantil, civil, industrial. Devido ao caráter abrangente, o efeito territorial aparece, então, como um recurso estratégico dos atores econômicos, o que será chamado de territorialidade (PECQUEUR, 1992).

Entretanto, observando-se o percurso analítico da Escola Histórica Alemã, percebe-se que a localização das atividades e o desenvolvimento de determinados locais em detrimento de outros já haviam demandado dos pesquisadores um esforço de

compreensão multifatorial. Julgamos relevante, assim, salientar pontos de intersecção evidentes entre a referida Escola e as teorias contemporâneas tributárias da Economia Espacial e Institucional, destacando a consideração acerca do tecido social e das instituições.

### **2.3 Re-emergência do território e debate sobre desenvolvimento**

O ‘território’ pautará muitos dos estudos contemporâneos baseados em dinâmicas de desenvolvimento chamadas ‘endógenas’, a partir da incorporação do ‘espaço local’ em programas de pesquisa, para compreender trajetórias e desempenhos econômicos; já que emergem processos de re-territorialização da produção (LEVÉSQUE, BOURQUE e FORGES, 2001).

De acordo com Benko, Dunford e Lipietz (1996) a revisão da teoria dos distritos industriais marca um rompimento com o estruturalismo global e com a teoria determinista do desenvolvimento ‘à la Rostow’, onde o ponto de partida, “*sans conteste*”, foram as pesquisas de Arnaldo Bagnasco, Carlo Trigilia e Sebastiano Brusco e Giacomo Becattini sobre a ‘Terceira Itália’.

Por definição, o distrito industrial é “*une entité socio-territoriale caractérisée par la présence active d’une communauté de personnes et d’une population d’entreprises dans un espace géographique et historique donné*” (BECATTINI, 1992, p.36). Assim, as pesquisas acerca de dinâmicas localizadas tem como base o ‘desenvolvimento local-territorial’, que, no contexto de limitações do ‘modelo fordista’, e estando em oposição às noções de desenvolvimento ‘de cima para baixo’, aparecem “*comme une réponse ultime avant la mort annoncée, une sorte de morphine ou au contraire comme la solution idéale*” (LACOUR, 1996, p.27). Nesse sentido, atribui-se ao território uma noção de contra-conceito, que, cuja utilização está relacionada também à percepção de uma profunda desesperança no projeto desenvolvimentista.

Ao reivindicar uma epistemologia para o território, Reis (2005, p.51) começa afirmando que as ciências sociais ignoraram durante muito tempo o espaço, e utiliza o exemplo das teorias do equilíbrio geral; sustentando que foi a partir da tentativa de superação dessa falha que “que se formaram inúmeros programas de investigação que podemos designar como territorialistas”. Entretanto, a afirmativa só pode ser considerada se se levar em consideração as teorias formadas a partir do ‘mainstream’, pois desde os anos 1800 o espaço faz parte das tentativas de construção de modelos econômicos, e o território, enquanto espaço apropriado, formado a partir de relações sociais, já fazia parte das análises de Schmoller em princípios dos anos 1900.

Ocorre que, em Economia, o termo território, no nosso entendimento, não tem peso de conceito, como ocorre na Geografia (como abordaremos na seção 3). Entretanto, ao território econômico estão relacionados elementos que o distinguem enquanto espaço, especialmente no concernente à sua tessitura social e institucional.

Assim, colocamos a re-emergência do território no debate acadêmico, nos programas de governo e de outras instituições como resultado de um contexto de crise do receituário ‘modernizador’ que não considerou, como assinalou Santos (1994), as particularidades do lugar como fator explicativo de desempenhos econômicos e mediador de dinâmicas específicas; e, não, propriamente, em termos de uma novidade teórica dentro da disciplina ‘Economia’.

### **3. Território Geográfico: conceito, uso e poder**

A noção de território em Pecqueur poderia remeter à territorialidade aludida por Sack (1986), que está relacionada à tentativa de influenciar ou determinar processos inscritos em uma área geográfica delimitada. Entretanto, a análise da formação do recurso estratégico chamado território não tem sido ampliada no concernente a relações de dominação, ficando muito mais restrita a relação de uso. Ao uso, entretanto, estão implícitos projetos de utilização que são produtos sociais ‘sobre’ e ‘do’ espaço. Sublinhando Raffestin (1993, p.144), ele mesmo tendo duas fontes de inspiração teóricas básicas, a saber, Leffevre, um pós-marxista; e Bourdieu, um não marxista:

“Para um marxista, o território não tem valor de troca, mas somente valor de uso, uma utilidade. [...] Evidentemente, o território se apóia no espaço, mas não é o espaço. É uma produção a partir do espaço. Ora, a produção, por causa de todas as relações que envolve, se inscreve em um campo de poder”.

Poder, por seu turno, que não é analisado, ainda, a contento pelas abordagens econômicas que tomam o território como unidade de análise. Retomaremos a discussão sobre a contribuição de Raffestin ao final da seção. Primeiramente, abordaremos, em linhas gerais, o território a partir da abordagem geográfica.

O surgimento do conceito ‘território’ em geografia aparece no mesmo período da consolidação da geografia, enquanto disciplina, tendo por base as teorias desenvolvidas por Ratzel. A base do território ‘ratzeliano’ é o solo, pois no seu entendimento, a maior parte dos “*sociologues étudient l’homme comme s’il s’était formé en l’air, sans liens avec la terre*” (RATZEL, 1900, p.4). O papel do solo, como o meio natural, seria um elemento a influenciar fortemente a história dos Estados e das sociedades, por conter o papel de prover habitação e alimentação. Daí nasce a noção de espaço vital, onde a proteção, e mesmo os movimentos de expansão, do território, pelo Estado, se legitimam. Ratzel (op.cit., p.8) chega a afirmar que “*cette nécessité de protéger le sol que est la raison d’être de l’État*”.

Sinteticamente, destacamos duas particularidades acerca do referencial: ( i ) o solo, ou a terra, ou ainda o meio natural, não sendo homogêneo, o que influenciaria, não determinaria, o desenvolvimento das sociedades; ( ii ) ao Estado é franqueado o ‘poder’ sobre o território.

Contemporaneamente, o geógrafo americano Robert Sack (1986) foi responsável pela recuperação da noção de ‘território’ nessa disciplina. O poder também é o elemento central de sua análise, porém, a territorialidade é apreendida a partir da motivação humana, e está diretamente relacionada à tentativa de influenciar ou determinar processos, comportamentos ou acessos, inscritos em uma área geográfica delimitada.

Do exposto, pode-se depreender que, sob a ótica da Geografia Política o território é primordialmente uma projeção de poder. Mas será o francês Claude Raffestin o responsável por complexificar a análise. A partir da obra ‘Por uma Geografia do Poder’ (RAFFESTIN, 1993), o território é apreendido através de relações de conflito e dominação, obedecendo a diferentes escalas de poder que determinariam dinâmicas espaciais. Diferentemente do conceito de ‘região’, onde o poder de ‘recortar’ e demarcar o espaço é atribuição exclusiva do Estado, o conceito território, a partir da abordagem da Microfísica dos Poderes de Foucault, ‘abriga’ ‘múltiplos poderes’, que correspondem a múltiplos territórios. A compreensão dos ‘projetos de poder de cada grupo’ sendo a chave para compreender as dinâmicas do lugar.

Assim,

“falar em território é fazer uma referência implícita à noção de limite que, mesmo sendo traçado, como em geral ocorre, exprime a relação que um grupo mantém com uma porção do espaço. A ação desse grupo gera, de imediato, a delimitação. [...] Sendo a ação sempre comandada por um objetivo, este também é uma delimitação em relação a outros objetivos possíveis” (RAFFESTIN, 1993, p. 153).

Objetivos, ações, conhecimentos e práticas determinam, dessa forma, um sistema territorial, que é a representação – imagem, de uma estrutura em um determinado plano. Importante ressaltar que o autor considera as esferas política, econômica, social e cultural no quadro de objetivos, ações, conhecimentos e práticas.

O conceito ‘território’ possui outras virtudes, na medida em que múltiplos poderes (macropoder e micropoder) determinam múltiplas territorialidades que se sobrepõem e convivem; fornecendo também diferentes escalas espaciais para se trabalhar, que podem ir desde o território nacional aos microterritórios domésticos, por exemplo. Ao passo que não se pode falar em várias regionalizações, pois apenas o Estado possui o poder de delimitar a ‘região’.

O território apreendido em forma de redes permite também compreender as horizontalidades que constituem o espaço, ou seja, como os grupos se articulam em redes e formam territórios para colaboração. As redes, entretanto, extravasam os limites territoriais e regionais para se articularem com atores externos, processo pelo qual ocorre a formação de novos territórios.

O que une o percurso teórico em geografia é o elemento ‘poder’. Entretanto, a partir de Raffestin, o conceito ganha complexidade e riqueza, ao mesmo tempo amplia-se em termos de escala de uso e perde em rigidez conceitual. Os territórios passam a serem apreendidos dinamicamente, como produtos de diferentes atores, não mais estaticamente e sob a chancela apenas do Poder de Estado.

#### **4. Economia Ecológica: integrar sociedade, natureza e economia no espaço**

A disciplina Economia Ecológica nasce nos anos 1980 marcada pelo compromisso com o debate sobre ‘desenvolvimento sustentável’. Fruto de sua época, onde as limitações do modelo ‘desenvolvimentista’ começam a ficar evidentes, a disciplina discute o ‘desenvolvimento’ para além do crescimento econômico, onde o primeiro desafio passa a ser incorporar a dimensão ambiental aos aportes econômicos, e rever a dimensão social. O conceito chave para o período passa a ser o ‘desenvolvimento sustentável’.

Em L’écodéveloppement, Ignacy Sachs (1997) propõe cinco dimensões por onde o projeto da ‘sustentabilidade’ poderia ser alcançado: ( i ) sustentabilidade social, que se fundamenta a partir da proposição de uma sociedade mais igualitária; ( ii ) sustentabilidade econômica, atingida através da gestão mais eficaz de recursos e de uma visão capaz de avaliar a eficiência econômica em termos macrossociais, não apenas microeconômicos; ( iii ) sustentabilidade ecológica, intimamente ligada a regras para exploração de recursos e também a limitações de consumo; ( iv ) sustentabilidade espacial, que passa por um melhor equilíbrio entre fluxos demográficos campo-cidade; e ( v ) sustentabilidade cultural, que legitima soluções locais, porque apropriadas a diferentes contextos culturais e diferentes ecossistemas.

Entretanto, incorporar todas essas demandas em um único aporte teórico não é tarefa elementar, já que a especialização da ciência moderna confina cada aspecto do

problema a uma disciplina em separado. Assim, EE busca um aporte multidisciplinar, por entender que as questões ambientais, sociais e econômicas estão relacionadas, o que também implica em considerar elementos geográficos, naturais e culturais.

Conforme já salientamos, trata-se de um ‘corpus analítico’ em construção. No que se refere à espacialização, tema que discutiremos nesse trabalho, parece haver virtudes na utilização do ‘território’ (LEHTONEM, 2004). Nessa seção pretendemos salientiar porque EE pode se relacionar com ‘território’ da Geografia e da Economia Espacial-Institucional.

Ainda, observa-se claramente uma postura propositiva na disciplina, onde o desenvolvimento sustentável, a ética e a democracia servem como referências básicas (SÖDERBAUM, 1998). A priori, desenvolvimento sustentável e democracia parecem oferecer boas possibilidades à multidisciplinaridade, especialmente no concernente ao debate sobre ‘territorialidades’. Evidentemente, uma discussão acerca da ‘ética’ requereria um aprofundamento teórico-filosófico que não poderia ser desenvolvido a contento nos limites do presente artigo. Salientamos, entretanto, a esse propósito, a ruptura com os dogmas positivistas de neutralidade científica, que marcaram a produção do conhecimento modernamente. Em EE, os autores explicitam o comprometimento com valores como democracia, negando a neutralidade da ciência, a utilização de modelos analíticos gerais, e abordando os limites disciplinares do conhecimento e suas consequências práticas, desejáveis ou não, pautando-se pela observação da igualdade social e da preservação ambiental.

#### **4.1 Território: espaço do desenvolvimento sustentável**

Em oposição a Economia dos Recursos Naturais (ERE), que toma os referenciais neoclássicos, desenvolvendo modelos determinísticos, análises parciais e disciplinares, tomando como pano de fundo o ‘mercado global’, e encarando a sociedade como uma soma de indivíduos atomizados; EE toma muito de seus ‘postulados’ da Economia Institucional. Assim, encontraremos trabalhos cuja ênfase repousa na pesquisa a partir de realidades concretas, análises históricas, diálogos multidisciplinares, foco nas comunidades ‘locais’ e ética ambiental (BERGH, 2001).

Uma das questões vitais na agenda de pesquisa da EE é a apreensão da sociedade, natureza e economia com vistas à geração de padrões de desenvolvimento sustentáveis, tanto intra, quanto inter-geracionais. Constitui-se, assim, um desafio, a construção de modelos sócio-econômicos que incorporem os fatores ambientais.

Se, convencionalmente, trata-se ciência, valores e recursos como ‘inputs’ exógenos em um sistema organizacional, tecnológico e social; a visão ecológica pretende ‘endogeneizar’ tais elementos. Assim, valores, conhecimento, organização social e tecnologia consistiriam sub-sistemas que co-evoluem, cada um exercendo influência sobre si e o outro (JENKINS, 1998).

Tomemos o referencial de um cientista político, um economista e um geógrafo sobre ‘território’ e o diálogo multidisciplinar que pode ser buscado a partir de então, para, em seguida, relacionar essa complexidade-complementaridade buscada em EE e os pontos de contato com Economia Espacial, Neoinstitucional e Geografia. A noção de território proposta para uma agenda de pesquisas multidisciplinar *‘recouvre ainsi trois dimensions différentes mais complémentaires’*: uma dimensão identitária, uma dimensão material e uma dimensão organizacional. *“L’identité du territoire est*

*caractérisée par son nom, ses limites, son histoire et son patrimoine, mais aussi par la manière dont les groupes sociaux qui l'habitent se le représentent, se l'approprient et le font exister au regard des autres*". A partir da dimensão material, o território é concebido como

*"un espace doté de propriétés naturelles définissant des potentialités ou des contraintes de développement, ou de propriétés matérielles résultant de l'aménagement de l'espace par les sociétés [...]. Ces propriétés physiques des territoires sont caractérisées par leurs structures et leurs dynamiques temporelles et spatiales*".

Organizacionalmente, o território é definido como *"une entité dotée d'une organisation des acteurs sociaux et institutionnels, elle-même caractérisée par des rapports de hiérarchie, de domination, de solidarité, de complémentarité..."* (LAGANIER, VILLALBA e ZUINDEAU, 2005, p.2).

A utilização do território para materializar relações produtivas e sociais parece oferecer a capacidade de relacionar os sub-sistemas referidos por Jenkins (2001) ou as dimensões, ao estabelecer nexos entre: recursos naturais, paisagem, etnias, história, cultura; com sistemas agrícolas, de produção, de transformação, saberes 'tradicionais', e modos de organização social e econômica, os quais seriam atributos-'constructos' de um território determinado. Ou seja, pode-se inferir que as três dimensões propostas relacionam espaço, tecido social, formas de exploração do meio, mediação entre o indivíduo e o exterior, e relações de mercado e cooperação. Se cada um desses elementos parece pertencer a uma dimensão dentre as três (identitária, material ou organizacional), uma análise em separado, entretanto, não permitirá a compreensão da organização 'sócio-econômica-produtiva-cultural' de um determinado espaço, e talvez, aí mesmo, nesse esforço integrador, resida, entre outros, um desafio teórico para EE.

O ponto é relevante em EE, dada a preocupação em colocar estudos sobre comunidades em evidência. A compreensão da dinâmica de um território pode representar a legitimação, e conseqüente manutenção de um certo modo de vida, de recursos específicos para a sobrevivência de um grupo, que também significaria a manutenção de uma identidade específica. Tal idéia já está exposta no trabalho de Ratzel, entretanto, nesse momento não se trata tanto do poder de defesa e expansão do Estado sobre um espaço físico, mas sim, da busca pela preservação de estilos de vida intimamente ligados à exploração do meio, por intermédio de um saber-fazer 'tradicional'; relacionado a formas de exploração que, em muitas situações, se apresentam 'mais sustentáveis', do ponto de vista ambiental e social.

Entretanto, a sustentabilidade ambiental traz embutida outra questão, a da viabilidade econômica dos modelos, por onde se pode começar a pensar em 'desenvolvimento sustentável'.

De acordo com Véron (2001, p.603), *"the concept of sustainable development suggests a potentially positive relationship between socioeconomic development and environmental sustainability"*, onde não é possível deixar de considerar que "[...] o território encerra a materialidade que constitui o fundamento mais imediato de sustento econômico e de identificação cultural de um grupo, descontadas as trocas com o exterior" (SOUZA, 1995, p.108).

É necessário, então, conciliar meio ambiente e desenvolvimento, pois não se pode prescindir de uma forma de crescimento econômico, na medida em que isso alivia situações de pobreza e diminui as desigualdades sociais. Pensar a questão a partir do território traz possibilidades mais abrangentes em termos de compreensão de fenômenos, de proposições e diálogo disciplinar.

*“The observation that the integration of the various dimensions of sustainable development works best at the local level – tied to the concrete level of individuals in their daily environments – has been underlined, e.g., by Theys (2002) who considers that local territories are the level at which the question of socially sustainable development become concrete, where the interactions between the different dimensions are most explicit, and where participation and dialogue are the most feasible” (LEHTONEM, 2004, p.208).*

Ainda pensando em termos de viabilidade econômica, outro aspecto do território, que buscamos tanto da Geografia, quanto da Economia, foi sua tessitura social, ou a ‘horizontalidade’, aludida por Milton Santos. A interação socioeconômica dentro do próprio território, a articulação entre a comunidade local e o que lhe é ‘exterior’, bem como, as relações mercantis e de cooperação e confiança, estabelecidas interna e externamente, serão determinantes em termos dos resultados econômicos alcançados pelas comunidades locais, com bem demonstram Becattini (1992), Véron (2001), entre outros.

Milton Santos (1994, p.20) sustenta que realçar as horizontalidades de um território significa a “possibilidade de construir uma outra globalização, capaz de restaurar o homem na sua dignidade”. De tal forma que, consideramos a escolha de EE, em espacializar sua análise através do conceito ‘território’, coerentemente ancorada no que se refere à sua preocupação expressa em favor do desenvolvimento sustentável. Ainda, o território parece estar de acordo com a visão ecológica, no que diz respeito aos seus fundamentos básicos, à sua crença em múltiplas justificativas de ação, suplantando a maximização do ganho e lucro; e o caráter multidisciplinar defendido por EE.

### **4.3 Território: poder, comunidade e democracia**

A abordagem territorial do desenvolvimento caracteriza-se pela valorização do ‘comunitário’, do papel dos atores. Entretanto, a ênfase nos atores e na sua capacidade de ‘agency’ sobre o território, está, de certa forma, muito relacionada aos processos de enfraquecimento do estado, estreitamente ligada ao que Rückert (2004, p.7) chama de “processo de emergência de *novos usos políticos do território*” (ênfase do autor). E, como o próprio autor sublinha, “é seu uso, e não o território em si mesmo, que faz dele objeto de análise”, remetendo a Santos (1994).

Como vimos, “o território não tem valor de troca, mas somente valor de uso, uma utilidade. [...] É uma produção a partir do espaço. Ora, a produção, por causa de todas as relações que envolve, se inscreve em um campo de poder” (RAFFESTIN, 1993, 144). Se, contemporaneamente o território pode ser visto como espaço de múltiplos poderes, e não apenas o Poder de Estado, que esteve centralmente relacionado ao conceito de Ratzel, poder-se-ia considerar que as abordagens localistas da economia considerariam a comunidade como detentora de poderes na redefinição de territórios. Tal enfoque encontraria respaldo em Raffestin, que formula território em função dos atores, desdobrando-se em um sistema territorial, possuidor de uma intencionalidade múltipla e determinada.

Entretanto, o elemento ‘poder’ não costuma figurar substancialmente nas análises econômicas territorialistas. Em economia, as relações sociais aparecem muito mais ligadas ao conceito de capital social, com foco, não em conflitos, mas apresentando-se

como um ‘ativo’ da comunidade, com potencial para reverter-se resultados econômicos positivos.

Por outro lado, se a capacidade de ‘agency’ gera processos virtuosos, especialmente do ponto de vista da ativação social, pois envolve os atores diretamente; não é possível negar que do mesmo processo surjam dinâmicas vinculadas com a hierarquização e diferenciação de rendas e à emergência de atores dominantes; que geram exclusão dentro do processo (REQUIER-DESJARDINS, 1999), o que Schmoller já adiantava em suas pesquisas.

Ainda, se os atores locais são postos no centro da análise, com suas capacidades de reação e adaptação frente a processos externos, ao contrário da ótica da Geografia Política Clássica onde o agente de produção do espaço, por excelência, era o Estado; nas abordagens localistas, corre-se o risco de reservar a esse mesmo Estado apenas um papel acessório.

A partir do enfoque ecológico da Economia, julgamos haver condições para conciliar processos de dinâmica e ativação social, de poder e exclusão, sem perder de vista o lugar central ocupado pelo Estado, devido, justamente, a um dos valores que fundamentam a disciplina: a democracia. Pois, se em EE, percebe-se a ênfase nos valores democráticos, que traz no seu bojo processos participativos, de ‘empoderamento’ das comunidades; o Estado aparece como ‘promotor’ de políticas participativas e mediador do interesse das comunidades.

*“Co-management of resources (i.e., appropriate sharing of planning, financing and implementation responsibilities) between local communities and the state has therefore been advocated as an effective strategy to promote sustainable development”* (VÉRON, 2001, p.604).

Ou seja, poderia-se pensar que a opção por políticas descentralizadas e participativas significasse o enfraquecimento do papel do Estado. Entretanto, e, sobretudo em determinadas situações, o Estado deve fornecer as condições de base para mobilização da sociedade e implementação de tais políticas, o que significa, entre outros, prover um bom sistema de educação - como foi o caso do Kerala na Índia, para que a participação, a preservação ambiental e os interesses comunitários se tornem valores culturais (op. cit.).

Assim, em EE, a organização social dos atores não é um fato dado, constitui-se um ativo, mas é convenientemente tratada como uma *“‘capability’, in the broad sense, of ability to function in society, particularly economic society, by generation of interconnectedness and voice”*. Caberia a governos comprometidos re-configurar-se administrativa e institucionalmente, no sentido de operacionalizar a descentralização do poder, para que isso represente, efetivamente, o ‘empoderamento’ das comunidades, sem perder de vista conseqüentes conflitos e processos de disputa e exclusão (WALTER, 2002, p.85; VÉRON, 2001).

## **5. Considerações Finais**

O objetivo deste trabalho foi resgatar referências e contextualizar a utilização do termo ‘território’, a partir de escolas da Economia e da Geografia Política, procurando demonstrar que o espaço, enquanto uma construção social, não é uma variável nova em análises sobre dinâmicas econômicas, e, ainda, que existem algumas áreas de sobreamento entre as disciplinas.

Posteriormente, buscamos trazer alguns pontos de intersecção entre essas áreas, que podem ser construídos a partir de compromissos assumidos pela visão ecológica da Economia. Além de EE estar baseada em princípios como ética, democracia, e preservação ambiental, que, de certa forma, fundamentam a noção de desenvolvimento sustentável, seu caráter multidisciplinar forneceria um substrato fecundo para o diálogo multidisciplinar.

Ao sublinharmos algumas pontes entre o território e ‘abordagens territorialistas’, julgamos válido ressaltar que, em que pese à pluralidade teórica dos estudos contemporâneos, seu uso não é uma importação direta da Geografia. Entretanto, se não se trata de importação da Geografia, não se pode inferir que o conceito tenha vindo diretamente da Economia Espacial, pois como já pontuamos, em Economia o termo não parece ter o peso de um conceito. Seu uso, no entanto, está intimamente ligado à apropriação do espaço pelos atores sociais mobilizando seus aspectos ‘organizacional’, ‘identitário’ e ‘material’, o que permitiria um diálogo entre as disciplinas, especialmente ao se incorporar análises sobre relações de disputa e poder, pois, do contrário corre-se o risco de apresentar o território como um espaço homogêneo.

Desde o debate da Escola Histórica Alemã, às teses posteriores de Christaller, Perroux, entre outros, encontramos orientações teóricas muito distintas, as quais não podem ser tratadas sem que se faça uma retomada. Assim, trouxemos apenas algumas teorias, que se aproximam do debate atual, por trazerem o espaço e seus aspectos institucionais na tentativa de analisar dinâmicas específicas de um ‘local’.

Ainda, pensar em termos de ‘território’ pode ser virtuoso para suplantiar uma visão setorial da economia, e, portanto, proceder a análises abrangentes e multifacetadas.

**Agradecimento:** os autores são gratos às sugestões e comentários aportados pelos pareceristas anônimos da Revista Economia Ensaios.

### **Referências Bibliográficas:**

BECATTINI, Giacomo. “Le District Marshallien: une Notion Sócio-économique”. In: BENKO, Georges; LIPIETZ, Alain (org.). *Les Régions qui Gagnent*, Paris, Presses Universitaires de France, 1992. pp.35-55.

BENKO, Georges; DUNFORD, Mick; LIPIETZ, Alain. “Les Districts Industriels Revisités”. In: PECQUEUR, Bernard (ed.). *Dynamiques Territoriales et Mutations Économiques*, Paris, L'Harmattan, 1996. pp.119-34.

BERGH, Jeroen C.J.M van der. “Ecological Economics: themes, approaches, and differences with environmental economics”. *Regional and Environmental Change*, v. 02, 2001, pp. 13-23.

CROSIER, Scott. “Johann-Heinrich von Thünen: Balancing Land-Use Allocation with Transport Cost”, s/d. Disponível em <http://www.csiss.org/classics/>. Consultado em 28/10/2008.

FEARON, David. "Alfred Weber: Theory of the Location of Industries, 1909", s/d. Disponível em <http://www.csiss.org/classics/>. Consultado em 06/11/2008.

JENKINS, Tim N. "Economics and the Environment: a case of ethical neglect". *Ecological Economics*, v. 26, 1998, pp. 151-63.

LACOUR, Claude. "La Tectonique des Territoires: d'une métaphore à une théorisation". In: PECQUEUR, Bernard (ed.). *Dynamiques Territoriales et Mutations Économiques*, Paris: L'Harmattan, 1996. pp. 25-48.

LAGANIER, Richard; VILLALBA, Bruno; ZUINDEAU, Bertrand. "Le Développement Durable face au Territoire: éléments pour une recherche pluridisciplinaire". *Développement Durable et Territoires*, 2005. Disponível em: <http://developpementdurable.revues.org/document774.html>. Consultado em 28/10/2008.

LARCENEUX, André. "Le Nouveaux Chantiers de la Théorie Economique Spatiale". In: PECQUEUR, Bernard (ed.). *Dynamiques Territoriales et Mutations Économiques*, Paris, L'Harmattan, 1996. pp. 137-56.

LEHTONEN, Marku. "The Environmental-social Interface of Sustainable Development: capabilities, social capital, institutions", *Ecological Economics*, v. 49, 2004, pp. 199-214.

LEVESQUE, Benoît ; BOURQUE, Gilles L.; FORGES, Eric. *La Nouvelle Sociologie Économique: originalité et diversité des approches*. Paris, Desclée de Brouwer, 2001.

NUSSBAUMER, Jacques. "Le Rôle des Débats Méthodologiques dans la Constitution de l'Économie Spatiale: la contribution de l'École Historique Allemande à une approche institutionnaliste du Développement Local". *Séminaire du Matisse*, février 2005. CD-ROM.

PECQUEUR, Bernard. "Territoire, Territorialité e Développement". In: *Actes du colloque Industrie et Territoire: les Systèmes Productifs Localisés*, Grenoble, IREP-D, 1992, pp.71-88.

RAFFESTIN, Claude. *Por uma Geografia do Poder*, São Paulo, Ática, 1993.

RATZEL, Friedrich. *Le sol, la société et l'État*, 1900. Disponível em: [http://www.uqac.quebec.ca/zone30/Classiques\\_des\\_sciences\\_sociales/index.html](http://www.uqac.quebec.ca/zone30/Classiques_des_sciences_sociales/index.html). Consultado em 07/12/2008.

REIS, José. "Uma Epistemologia do Território". *Sociedade e Agricultura*, Rio de Janeiro, v. 13, n. 1, 2005, pp.51-74.

REQUIER-DESJARDINS, Denis. *Agro-Industria Rural y Sistemas Agroalimentares Localizados: Cuales Puesta?*. Quito, PRODAR, 1999. Disponível em <http://www.prodar.org/cd.htm>. Consultado em 06/11/2008.

RÜCKERT, Aldomar "A Reforma do Estado, Reestruturações Territoriais, Desenvolvimento e Novas Territorialidades". *I Seminário Nacional sobre Múltiplas*

*Territorialidades*, Porto Alegre; Canoas, Programa de Pós-Graduação em Geografia-UFRGS; Curso de Geografia, ULBRA, 2004.

SACHS, Ignacy. *L'Écodéveloppement*. Paris, Syros, 1997.

SACK, Robert. *Human Territoriality: its theory and history*. Cambridge, Cambridge University Press, 1986.

SANTOS, Milton. “O Retorno do Território”, In: SANTOS, Milton; SOUZA, Maria Adélia; SILVEIRA, Maria L. (eds.). *Território: Globalização e Fragmentação*, São Paulo, Hucitec-ANPUR, 1994. pp.15-20.

SÖDERBAUM, Peter. “Values, Ideology and Politics in Ecological Economics”. *Ecological Economics*, v. 28, 1998, pp.161-70.

SOUZA, Marcelo José Lopes de, “O Território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento”. In: CASTRO, Iná Elias de. *et al.* (org.), *Geografia: conceitos e temas*, Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 1995. pp. 77-116.

THEYS, Jacques. “L'Approche Territoriale du Développement Durable : condition d'une prise en compte de sa dimension sociale”. *Développement Durable et Territoires*, 2005. Disponível em: [www.revue-ddt.org/dossier001/D005\\_A05.htm](http://www.revue-ddt.org/dossier001/D005_A05.htm). Consultado em 07/12/2008.

VERON, René. “The ‘New’ Kerala Model: lessons for sustainable development”. *World Development*, 2001, 29/04, pp.601-617.

WALTER, Gerald R. “Economics, ecology-based communities and sustainability”. *Ecological Economics*, n. 42, 2002, pp. 81-7.

Submetido em: 25/05/09

Aceito em: 13/05/09